

# “MULHER NEGRA DE PELE CLARA”: LUGAR DE ENUNCIÇÃO E PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO

CELY PEREIRA<sup>1</sup>  
ROGÉRIO MODESTO<sup>2</sup>

Instituto de Letras  
Universidade Federal da Bahia  
Rua Barão de Jeremoabo, nº 147 – 40170-115 – Salvador, Ba – Brasil

Departamento de Letras e Artes  
Universidade Estadual de Santa Cruz  
Rod. Jorge Amado, Km 16 – 45662-900 – Ilhéus, Ba – Brasil

[cely.dfj@gmail.com](mailto:cely.dfj@gmail.com), [roger.luid@gmail.com](mailto:roger.luid@gmail.com)

**Resumo.** *Através da Análise de Discurso materialista, nosso texto analisa o funcionamento do discurso a partir da constituição da posição-sujeito “mulher negra de pele clara”. No texto, evocamos os debates sobre o mito da democracia racial e sobre o colorismo e os relacionamos ao processo complexo e contraditório que produz uma identificação gendrada e racializada. A análise é feita a partir de um vídeo retirado de um canal do YouTube da blogueira Rayza Nicácio, em que ela fala de si mesma identificando-se como “mulher negra de pele clara”. Em nosso gesto de análise, nos deparamos com dois funcionamentos discursivos regulares: a criação de um “efeito de certeza” a partir da imposição do olhar do outro, bem como a recorrência às formulações linguísticas identificadoras.*

**Palavras-chave:** *discurso; identificação; mulheres negras de pele clara.*

**Abstract.** *Through the materialist Discourse Analysis, our text seeks to analyze the functioning of the discourse from the constitution of the subject-position “black woman with light skin”. In the text, we evoke the debates about the myth of racial democracy and colorism, and we relate this to the complex and contradictory process that produces a gendered and racialized identification. The analysis is made from a video taken from the YouTube channel of blogger Rayza Nicácio in which she speaks of herself identifying herself as a “black woman with light skin”. In our analysis, we saw two regular discursive operations: the creating of the “certainty effect” by the imposition of the other’s watch, as well as the recurrence of identifying linguistics formulations.*

**Keywords:** *discourse; identification; black women with light skin.*

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras Vernáculas e graduanda em Língua Estrangeira Moderna pela Universidade Federal da Bahia – UFBA.

<sup>2</sup> Doutor em Linguística pela UNICAMP. Professor efetivo do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC.

## INTRODUÇÃO

Em maio de 2018, a cantora Fabiana Cozza foi anunciada como protagonista na peça teatral *Dona Ivone Lara: um sorriso negro*, musical que homenagearia a vida e produção da grande dama do samba, Dona Ivone Lara. À época, não se esperava que tal fato gerasse uma série de falas que questionariam a escolha da artista paulista para realizar a interpretação teatral de uma sambista negra. Alguns dias após a capilarização das opiniões acerca desse fato, Cozza publicaria uma carta em suas mídias sociais informando sua renúncia ao papel<sup>3</sup>.

O ponto de polêmica se deu em virtude da cor da pele da cantora, já que ela é mais clara do que a sambista homenageada. Os críticos afirmavam sua impossibilidade de representar o papel, colocando em questão sua negritude. Esse tensionamento desenhava uma cena político-militante em que a discussão sobre o recorte racial no Brasil deve considerar, de maneira particular, o chamado “colorismo”, um conceito que funcionaria para apontar os privilégios de uns em relação a outros dentro de um grupo racializado.

Os acontecimentos relacionados a Cozza (re)ascendem as chamadas de questões com as quais queremos estabelecer um diálogo teórico, crítico e analítico, a partir de um viés discursivo: o problema da democracia racial, o colorismo e, sobretudo, os processos de identificação que atravessam os modos como as “mulheres negras de pele clara” estabelecem um “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017) ou enunciação (ZOPPI FONTANA, 2017)<sup>4</sup>. Em nosso caso, porém, tomamos a emergência dos discursos de si como ponto de partida do debate que visamos empreender.

Nesse sentido, para tal proposição, selecionamos a plataforma YouTube, compreendida como um suporte potencial dos discursos sobre o eu constituídos num espaço privilegiado de escuta e construção de si, como aponta Adorno (2015), pois os vlogs publicados em tal plataforma se tornam um lugar de publicização do que representa o particular. Assim, tomamos como *corpus* analítico o vídeo *Sobre ser negra*, da youtuber Rayza Nicácio que alimenta um canal sobre transição capilar há seis anos. Deste vídeo, recortamos algumas sequências discursivas (SD) sobre seu reconhecimento e auto declaração da negritude para compreender quais ancoragens discursivas comparecem na formulação “mulher negra, mas de pele clara”, tal como ela enuncia.

Para isso, partimos do dispositivo teórico-analítico que construímos com base na Análise de Discurso materialista (doravante AD), observando a organização do processo de identificação da posição-sujeito “mulher negra de pele clara”, assim como o

---

<sup>3</sup> Cf. carta online por meio do link:

<https://www.facebook.com/fabianacozzacantora/posts/1679941235394341>. Acesso em: 26 abr. 2020.

<sup>4</sup> Conforme Ribeiro (2017), o conceito de “lugar de fala” evoca a não universalidade das posições históricas de fala, isto é, não haveria um lugar de fala universal, na medida em que todos falam de um lugar historicamente especificado. Ao evocarmos o conceito de “lugar de enunciação”, proposto por Zoppi Fontana (2017), nos interessa destacar uma leitura discursiva do conceito de lugar de fala que, como será visto adiante, permite pensar como os processos de identificação estão relacionados à possibilidade de resistência que atravessa a constituição de determinadas posições historicamente interditas. Ou seja, o conceito de lugar de enunciação, além de trazer a especificidade do lugar de fala – todos falam de um lugar –, compreende a particularidade discursiva dos processos de identificação que formulam posições-sujeito nas quais, de algum modo, a resistência comparece como possibilidade de instituição do discurso.

funcionamento das expressões que estão dentro dessa temática e como essas expressões orientam o processo de subjetivação na constituição de tal posição-sujeito<sup>5</sup>.

O artigo está organizado da seguinte maneira: primeiro, discutimos o mito da democracia racial e o colorismo, entendendo que a importância dessa discussão se dá pela apresentação da ideia de democracia racial como pauta no contexto brasileiro a partir do qual precisamos pensar o colorismo. Em seguida, empreendemos um debate em torno do colorismo em sua relação com o recorte de gênero. Nesse momento do texto, nosso objetivo é refletir acerca das formas constitutivas dos processos de identificação, bem como a hierarquização que o colorismo promove entre as mulheres negras e como isso pode se imbricar não somente com aspectos afetivos, mas, principalmente, com a posição social que pode ser capitalizada por “mulheres negras de pele clara”. Analisamos também a reivindicação do lugar de resistência e o lugar de enunciação. Para finalizar, apresentamos a análise dos recortes do vídeo já citado que compõe nosso *corpus*.

## O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E O COLORISMO

No Brasil, a *democracia racial* circunscreve o funcionamento de uma identidade harmoniosa com a qual o Brasil e os brasileiros estariam em sintonia. Seria, desse modo, a celebração de uma nação misturada e igualitária, um *paraíso racial*. Apesar de não ter cunhado o termo, Gilberto Freyre, antropólogo e educador pernambucano, foi responsável por traçar um percurso teórico que apoia a miscigenação em uma romanticidade das relações entre os colonizadores, os escravizados e os indígenas. Em *Casa Grande e Senzala* (2001), uma de suas obras mais conhecidas e de amplo acesso nacional, Freyre descreve a “pacífica” integração entre senhores (benevolentes) e escravos (conformados). Portanto, a democracia racial põe em pauta um cenário no qual, dentro do contexto brasileiro, todos os elementos da racialidade nacional ocupam os espaços igualmente, convivendo em harmonia.

Conforme Domingues (2005), um conjunto de fatores contribuiu para o engendramento do mito da democracia racial. Assim, apesar de entendermos Freyre como um dos destacados dilatadores desse conceito, suas raízes históricas remontam o século XIX com a romanticidade dos relatos dos visitantes do país, bem como a produção intelectual e política e o discurso crescente da mestiçagem. Esse agrupamento de condições proporcionou um imaginário social que ocultou o conflito inter-racial e a enorme desigualdade social entre brancos, indígenas e negros, forjando um fetiche de integração simbólica, especialmente do negro, no seio da nacionalidade e silenciando o racismo.

Essa ideia, ainda segundo Domingues (2005), configura um sistema que organiza, inclusive, os processos político-sociais no Brasil, os quais passam a funcionar como se fossem uma estrutura eximida de qualquer preconceito ou discriminação, quando, na verdade, eles estão em pleno funcionamento mesmo na legislação (MUNANGA, 1999; ALMEIDA, 2018). Um exemplo disso está na Nova República, pós-abolição da escravidão. Nesse momento, “os novos cidadãos” passariam a desfrutar de moradia,

---

<sup>5</sup> Por “posição-sujeito”, entendemos que “[...] o sujeito discursivo é pensado como ‘posição’ entre outras. Não é uma forma de subjetividade, mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz [...]: é a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz” (ORLANDI, 2006, p. 49).

educação, saúde, emprego e outros direitos. Contudo, não poderiam ter acesso a direitos políticos, votar ou serem votados, uma estrutura de desigualdade de classe e racialidade, pois a cor continuou sendo um fator fundamental para acessos a direitos básicos.

Dessa forma, a situação racial no Brasil, na medida em que negava o preconceito racial, contribuía para a desarticulação da luta antirracista, pois, assim, era possível encontrar facilidade para a justificativa de discursos que isentavam o racismo estrutural<sup>6</sup> presente nas bases históricas brasileiras. Tal proposição era autorizada pela forte comparação entre o sistema racial do Brasil e o sistema racial estadunidense, uma vez que, para Domingues (2005, p. 129), “nos Estados Unidos não existe lugar reservado para um indivíduo de sangue mestiço: a pessoa ou é preta ou é branca”, fato que mostraria como o segregacionismo norte-americano era sustentado no racismo evidente enquanto que, no Brasil, a democracia racial e a miscigenação seriam aspectos *óbvios* do não racismo brasileiro.

A partir da década de 1970, a forte caracterização da ideia de democracia racial como um *mito* pôs em circulação uma crítica contundente e necessária. Nesse contexto, no ano de 1978, Abdias do Nascimento descreve e denuncia o *mito* da democracia racial, mostrando o funcionamento perigoso desse mito como estratégia de genocídio do negro no país.

Diante dessa conjuntura de silenciamento e encobrimento em relação à existência do racismo e sua ligação com a democracia racial, várias estratégias de anulação da negritude foram adotadas e popularizadas. Dentre as estratégias, é pertinente lembrar que no Brasil houve um processo de embranquecimento que visou à higienização racial. A eugenia aqui vivida nos faz ter uma realidade racial particular: em um país tão miscigenado, é possível operar uma distinção que enquadre os sujeitos em “raças” específicas? O fenótipo, então, se apresentaria como uma primeira característica de dúvida no processo do reconhecimento de ser negro.

A mestiçagem, como discute Munanga (1999, p. 18), não pode ser vista apenas como um fato biológico, mas, sim, ideológico, uma vez que “a noção de mestiçagem parece mais ligada à percepção de senso comum do que ao substrato genético”. De nosso lugar teórico, é possível ler essa assertiva levando em conta que toda interpretação e leitura de um sujeito não estão separadas do jogo das formações imaginárias e das formações discursivas (PÊCHEUX, FUCHS, 2010) ao qual ele está submetido. Mesmo que o fenótipo seja tomado como elemento primordial face ao processo de identificação, a ideologia intervém nessa importância, pois é a partir dela que se estabelece uma leitura de mão dupla: conta não apenas a leitura que eu faço de mim mesmo, como também a leitura que o outro faz de mim e como essas duas leituras entram em (des)acordo, seja por contradição ou conciliação.

Dada a imbricação social dessas leituras, as identificações raciais são produzidas, permitindo, como efeitos de sentidos possíveis, diversas “conclusões”, as quais, por sua vez, produzem designações tidas como admissíveis (mulato/a, pardo/a, crioulo/a, moreno/a, entre outros) aos sujeitos vistos, de algum modo, como racializados num contexto de mestiçagem. Essas designações são fundamentais para o *colorismo*. Assim nomeado pela escritora Alice Walker (1982), tal conceito visa dar conta do “tratamento

<sup>6</sup> Para verificar o conceito de racismo estrutural e sistêmico, consultar Munanga (1999) e Almeida (2018).

preconceituoso ou preferencial de pessoas da mesma raça baseado unicamente em sua cor” (WALKER, 1982, p. 291, tradução nossa<sup>7</sup>). Nesse sentido, as designações já citadas trabalham em favor da garantia da negação da negritude para o estabelecimento da hierarquia pigmentocrática, na medida em que elas deveriam se referir a pessoas “menos negras” e, por isso, mais merecedoras de um favorecimento social.

Em seu texto, Walker (1982, p. 291, tradução nossa) discute a ideia do colorismo relacionando-a a uma consciência que deveria partir das mulheres negras de pele clara “de que essas mulheres são capazes, muitas vezes inconscientemente, de infligir a dor<sup>8</sup>” a mulheres negras de pele mais escura. Para a autora, o conceito do colorismo deve ser abordado nas comunidades negras e, sobretudo, entre as “sororidades negras” para que haja progresso dessa comunidade, “porque o colorismo, assim como o colonialismo, o sexismo e o racismo<sup>9</sup>” as impede de avançar.

Tendo em vista que a abordagem de Walker (1982) engendra uma discussão de gênero, bem como o *corpus* aqui analisado, faz-se necessária a retomada do debate acerca do recorte de gênero implicado em nossa reflexão.

## COLORISMO E RECORTE DE GÊNERO

De acordo com Zoppi Fontana (2017), os processos de constituição dos sujeitos e dos sentidos se inscrevem estruturados pela contradição, na medida em que é a contradição que (des)organiza os lugares de diferenças, a unidade dos contrários. Partindo do princípio de que os indivíduos são interpelados em sujeito pela ideologia, a autora afirmará que é nesse momento que as identificações de gênero se dão, pois o gênero em si se constitui a partir de construções discursivas, o que faz com o que tais identificações devam ser consideradas como efeitos de “um processo de interpelação complexo e contraditório” (ZOPPI FONTANA, 2017, p. 64). O que significa dizer que o se tornar sujeito é um processo que acompanha o gendramento.

Um funcionamento semelhante é apontado por Modesto (2018), quando este pensa os efeitos de racialização no curso da interpelação ideológica. Levando às consequências a ideia mais “básica” de interpelação como chamamento, o autor mostrará que o olhar terceiro é decisivo e faz com que sujeitos negros reconheçam-se nesse lugar de negro. Um processo que não se dá na ordem da tranquilidade, mas na desorganização de sentidos que tensionam a complexidade e contradição em torno das quais se constituem as posições racializadas.

Em ambos os casos, a interpelação ideológica faz com que gênero e raça se tornem evidentes no funcionamento dos sujeitos e dos sentidos para os quais essas duas singularidades intervêm nas diferentes existências históricas. Em outras palavras, não há sujeito que se constitua historicamente sem a marca singular de gênero e raça. É possível dizer, então, que as identificações de gênero e raça se estabelecem a partir de dois lugares: o primeiro seria a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, o assujeitamento, e o segundo, simultâneo ao primeiro, seriam as formas de individualização do sujeito

<sup>7</sup> “[...] prejudicial or preferential treatment of same race people based solely on their color.”

<sup>8</sup> “[...] they are capable, often quite unconsciously, of inflicting pain upon [...].”

<sup>9</sup> “For colorism, like colonialism, sexism, and racism, impedes us.”

pelas demandas que o faz se significar de posições gendradas e racializadas. Diante disso, destacamos o segundo como responsável pela interdição histórica dos lugares de enunciação.

Os lugares de enunciação configuram um modo de dizer (ZOPPI FONTANA, 2017, p. 66) que aciona um *eu* ou um *nós*. Seu acontecimento mobiliza e caracteriza aspectos específicos: sua circulação, sua legitimidade e sua organização. Diante disso, é com base nos lugares de enunciação que o processo de assujeitamento convoca as demandas políticas de reconhecimento, como também as práticas discursivas de resistência, associado, do mesmo modo, pelos processos históricos de silenciamento.

Portanto, se nos tornamos sujeitos pela ideologia e, dessa forma, somos *sempre-já* gendrados (ZOPPI FONTANA, 2017) e racializados (MODESTO, 2018), podemos dizer que os processos de identificações de gênero e raça devem ser analisados para compreender o reconhecimento/desconhecimento que se materializam nos processos discursivos.

Diante do contexto racial brasileiro, descrito na seção anterior, é importante destacar as nuances as quais as pessoas racializadas enfrentam para se identificar e serem identificadas. Por isso, ressaltamos o colorismo como um processo que interfere na identificação racial dos brasileiros, sobretudo, quando falamos das mulheres.

Nas condições de produção dos discursos racializados e gendrados no Brasil (CESTARI, 2017), os termos “morena” ou “mulata”, por exemplo, são classificações destinadas a mulheres negras de pele clara. Eles funcionam pela negação da identificação do lugar de negra, bem como pela hipersexualização que as tornam exotificáveis a partir de discursos que se sustentam, também, no imaginário de seus corpos, problema esse já discutido por González (1983), Pacheco (2013), Carneiro (2015) entre outras feministas negras.

Diante disso, há um jogo de distanciamento no reconhecer-se “negra”, proporcionado pelo engendramento da ideia mitológica de integração racial, dificultando, assim, a identificação e percepção da realidade racial no recorte de gênero. Em outras palavras, isso significa dizer que mulheres negras (de pele clara, principalmente), quando identificadas (por si mesmas ou por outros) a certas regiões do sentido produzidas no seio da branquitude, podem falar (ou serem faladas) de uma posição discursiva outra a qual lhes destitui do lugar de negras. Nesse sentido, propomos aqui um estudo sobre os processos de identificação dessa posição-sujeito “mulher negra de pele clara” pertencente às condições histórico-sociais do Brasil, por meio da pergunta: quais são os discursos que atravessam e ancoram a identificação da “mulher negra de pele clara”, tomando como especificidade o espaço do digital como potencializador dos lugares de enunciação e as interferências do capital na configuração da resistência nessa posição-sujeito?

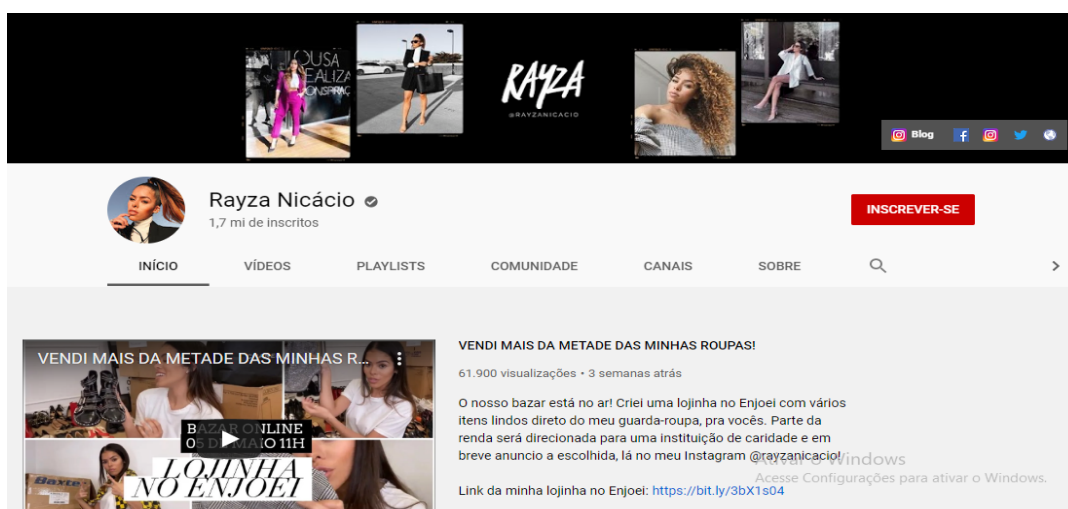
## CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E GESTOS DE ANÁLISE

De acordo com o vídeo analisado neste artigo, Rayza Nicácio nasceu no estado de Alagoas, nordeste brasileiro. Hoje, com 28 anos, é considerada uma figura expoente no cenário digital por tratar, em seu canal na plataforma YouTube, de assuntos relacionados

à transição capilar. A produção de conteúdo da youtuber gira em torno de cuidados estéticos: maquiagem, moda e tratamentos com a pele.

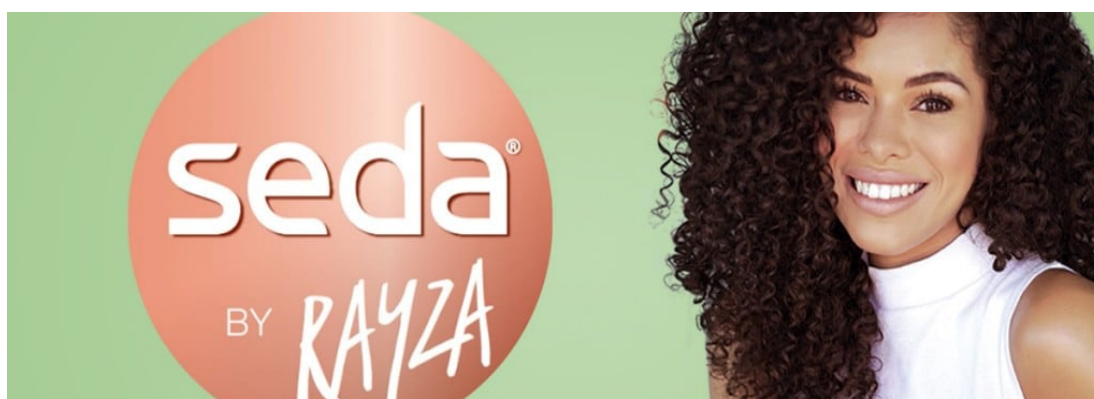
Seu canal conta, atualmente, com 1,7 milhões de inscritos (Figura 1) e, diante de seu destaque no meio virtual, Rayza obteve parcerias comerciais com algumas marcas de produtos capilares, como a Seda, que elaborou uma linha exclusiva com seu nome (Figura 2). Além disso, a blogueira se tornou influente em outros canais do YouTube, participando como apresentadora de um deles, a exemplo do extinto Canal Top, que tratava de assuntos envolvendo beleza, moda e comportamentos.

**Figura 1 – Canal de Rayza Nicácio**



Fonte: Youtube Brasil, 2020.<sup>10</sup>

**Figura 2 – Divulgação da linha de produtos Seda by Rayza**



Fonte: Seda, 2020.<sup>11</sup>

Por esse motivo, em 2014, Rayza foi convidada pelo, também youtuber, Felipe Neto para participar de um vídeo em seu canal – Não faz sentido –, cujo tema era “a

<sup>10</sup> Conferir: [https://www.youtube.com/channel/UCHird53Is6y5IL5iBbAl\\_Iw](https://www.youtube.com/channel/UCHird53Is6y5IL5iBbAl_Iw). Acesso em: 25 mai. 2020.

<sup>11</sup> Conferir: <https://www.seda.com.br/dicas-e-tutoriais/confira-a-novidade.html>. Acesso em: 25 mai. 2020.

ditadura da beleza”<sup>12</sup>. Nesse vídeo, eles discutem, dentre outras questões, a identificação racial que a youtuber adota para si. A seguinte pergunta embasa a continuidade do roteiro: “então, Rayza, vamos começar pelo tema mais polêmico. Você é negra? Ou você é mulata? Ou tem diferença?” Nessa discussão, Rayza não delimita sua identificação, contudo, expressa que se entende como uma pessoa de “pele parda com características negras”. Já em 2017, ela publicou o vídeo *Sobre ser negra*<sup>13</sup>, no qual se afirma como uma “mulher negra, de pele clara, mas [...] negra”, justificando-se, baseada na realidade racial de sua família, como também nos processos negativos que passou com seu cabelo. Ainda nesse vídeo, ela apresenta o recorte da conversa com Felipe Neto para, além de dissentir de sua fala anterior, sustentar as justificativas apresentadas.

Compreende-se aqui que os vlogs sugerem, por meio de sua estrutura em que um sujeito discorre, diante de uma câmera, sobre sua vida particular e temas que permeiam suas experiências, “uma liberdade nunca presenciada pelo usuário, ‘como se ali ele estivesse livre das coerções do mundo’, de acordo com Dias” (2004, p. 25 *apud* ADORNO, 2015, p. 28). Nesse contexto, entendemos que os processos discursivos e enunciativos do “eu”, na sua materialidade virtual, imbricam-se, principalmente, a um processo que pode ser descrito como uma tentativa de unicidade discursiva, visto que, naquele momento, mesmo que restrito, o sujeito imagina dominar o espaço, assim como suas ideias, já que “tem a ilusão (o imaginário em funcionamento) de que é detentor da unidade e completude de seu discurso, pois está agindo no ciberespaço” (ADORNO, 2015, p. 29).

A partir do lugar de enunciação construído no novo vídeo, no processo de elaboração dos argumentos, Rayza fala de uma posição-sujeito para a qual é importante elencar diversos motivos que encaminham seus interlocutores a compreenderem como ela chega na conclusão de sua identificação. Tais motivos se configuram como justificativas essenciais para a afirmação de que ela é uma “mulher negra de pele clara”. Ao iniciar a cadeia de argumentos, primeiro, ela apresenta a si e a sua família enquanto nordestinos e, em seguida, traz suas descrições fenotípicas, demonstrando a origem de seus traços e cabelos.

O segundo passo foi contar sua relação com o cabelo e a boca, elementos que, a partir da posição-sujeito em que se sustenta o discurso da blogueira, eram os que mais odiava em si na infância<sup>14</sup>. A partir daí, ela apresenta uma relação de dependência com quem a vê e, conseqüentemente, a identifica: “[...] mas pra mim eu não olhava como uma mulher negra e também sabia que eu não era uma mulher branca [...] parda, era como as pessoas me definiam e eu aceitava”. Rayza relata que, quando se identificava como uma mulher negra, era confrontada com uma série de questionamentos permeados por sequenciais falas vindas de seguidores que tensionaram seu lugar de identificação, fazendo, assim, com que ela, mais uma vez, vivenciasse um conflito: “[...] tá bom, então, a causa é de vocês, já que é isso que vocês estão falando, é nisso que eu acredito, é isso

<sup>12</sup> Vídeo disponível por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=jHb673tNopk>. Acesso em: 13 mai. 2020.

<sup>13</sup> Vídeo disponível por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=EFrWQ5exHvc&t=79s> Acesso em: 13 mai. 2020.

<sup>14</sup> Em “Memórias da Plantação” (2019), no seu capítulo 8, Políticas da Pele, Grada Kilomba desenvolve sobre, a partir de uma perspectiva psicanalítica decolonial, como a percepção de si enquanto uma pessoa negra envolve, sobretudo, um atravessamento de “uma história de opressão colonial e estereótipos raciais” (p. 152), os quais produzem a deturpação da própria imagem de maneira odiosa e repulsiva.

que vou acatar”. Esses episódios, assim, contribuíram com a dúvida e o distanciamento da questão.

A blogueira, então, constrói a narrativa de que, após algumas experiências, conversas com outras *militantes negras*, pesquisas e estudos, motivados pela situação descrita acima, ela constatou sua negritude, justificando-se por meio de seu fenótipo: “[...] porque, gente, olha pra mim, é visível, olha o meu cabelo, olha a minha boca, olha os meus traços, é visível que eu sou uma mulher negra [...]”. Ao trazer o fenótipo como confirmação da negritude, a enunciativa busca erradicar a dúvida daqueles que a questionaram e, ainda, responde, por meio do que considera óbvio, que ela se reconhece uma mulher negra, porque, para ela, não há como descaracterizá-la, muito menos desautorizá-la, já que seus traços negróides indicam a realidade e certeza de negritude.

Diante da descrição que fizemos até aqui, fica forte em nosso gesto de análise dois momentos do vídeo sobre o qual nos debruçamos. O primeiro diz respeito ao que podemos chamar de “negociação identitária”, em que a youtuber joga para o seu interlocutor-seguidor parte da responsabilidade de reconhecer a própria enunciativa como “mulher negra”. Essa negociação é feita, como vimos, a partir de um recurso retórico, no qual se pede que olhe para ela. O segundo momento é a construção em si do enunciado “mulher negra de pele clara”, dito pela youtuber no momento em que reconhece para si mesma uma posição identitária.

## A NEGOCIAÇÃO IDENTITÁRIA

O que chamamos aqui de “negociação identitária” se materializa quando Rayza fala de uma posição-sujeito a partir da qual enuncia-se a seguinte SD:

SD1: “[...] porque, gente, olha pra mim, [...] é visível que eu sou uma mulher negra [...]”.

Ao solicitar que seus interlocutores a olhem, a blogueira utiliza de um gesto injuntivo como recurso para a identificação. A injunção tem por finalidade instruir e guiar o interlocutor em sua leitura. Além de fornecer uma informação, o texto injuntivo conduz o leitor a uma ação e tem, dentre suas características, o modo verbal imperativo como aspecto predominante de sua linguagem. É possível afirmar, ainda, que, na enunciação da youtuber, há, por meio da afirmação injuntiva, a produção de um “efeito de certeza” (processo sobre o qual nos deteremos mais à frente) em seus interlocutores, face à utilização imperativa do verbo “olhar”. Ou seja, ao realizar a ação de olhar, o interlocutor não somente a olha superficialmente, como também, a identifica. O olhar, seria, portanto, o principal recurso para a identificação.

Segundo Cunha e Cintra (2006, p. 339), o modo imperativo objetiva estimular o interlocutor a realizar a ação indicada pelo verbo. No caso sobre o qual nos debruçamos aqui, o verbo “olhar”, enunciado na 2ª pessoa do imperativo indicativo afirmativo (“olha”), conduz seu interlocutor ao movimento “olhe você para mim e me diga o que vê”. Essa expressão, no enunciado da blogueira, articula, além da certeza do que ela exprime, o papel que seus interlocutores-seguidores têm em reconhecê-la, imprimindo, também, o movimento de que, se eles a olharem, obrigatoriamente, vão, sem dúvida, ver o que ela também vê, ou seja, vão vê-la e se certificarão de que ela é uma “mulher negra

de pele clara” diante, principalmente, das justificativas que embasam sua afirmação, como: “[...] olha o meu cabelo, olha a minha boca, olha os meus traços [...]”.

Interessante notar o conflito instaurado pelo verbo no modo imperativo. Ao tratarem sobre esse ponto, Zoppi Fontana e Oliveira (2016) defendem que o modo imperativo inscreve o dissenso, “já que onde se tem que ordenar, pedir, aconselhar, não há consenso” (ZOPPI FONTANA, OLIVEIRA, 2016, p. 125). Nesses termos, é porque há a possibilidade de outras interpretações sobre si que a blogueira convoca um olhar terceiro sobre ela mesma, mas enviesando esse olhar, direcionando-o e ressaltando os elementos que considera mais contundentes de sua negritude (**cabelo, boca e traços**). Seria, portanto, destacando os traços, que o discurso da blogueira cria uma coerência narrativa que contribuiria para a dissipação da dúvida e, por conseguinte, na medida em que há a inscrição do modo imperativo, o qual é terceirizado (“olha”), elabora um aspecto conciliativo em que suas descrições, por si só, abarcam um consenso coletivo.

Ao utilizar seu fenótipo como a maior justificativa, a youtuber constrói, em seu discurso, ao mesmo tempo, uma (auto)afirmação e uma resposta. Além disso, quando ela propõe que a olhem tem-se a noção de que há, no âmbito do visível, o irrefutável, porque o que se vê não se pode questionar, tensionar, muito menos, desacreditar. Sendo assim, a enunciação do verbo no modo imperativo pode ser analisado, também, como uma forma de credibilizar os conteúdos produzidos pela blogueira, já que ela se reconhece como uma “mulher negra de pele clara” e, assim, pode falar sobre cabelos crespos, da mesma forma que pode incentivar o consumo de produtos direcionados para fenótipos que englobem todas as características citadas por ela.

O gesto de credibilizar-se perante o outro, a partir dessas condições de produção, nos atenta para uma questão: a contradição constitutiva dos processos de identificação (PÊCHEUX, 2009; ZOPPI FONTANA, 2017) imbrica, paradoxalmente, no caso em tela, duas posições-sujeito. Desse modo, há uma relação-atravesamento entre a posição-sujeito “mulher negra de pele clara” e a posição-sujeito “empreendedora-youtuber”. Se, por um lado, a primeira reivindica um lugar de enunciação para que se efetive sua voz (e sua identidade) anteriormente silenciada, questionada por outros; por outro lado, a segunda faz equivaler a identidade reivindicada com o direito de poder falar “como uma mulher negra”, fato que seria fundamental para vender “para a mulher negra”. Em outras palavras, o gesto de resistência de reivindicar-se “mulher negra” não acontece apartado de um discurso dominante atravessado pelo capital. Resiste-se, como nos alerta Pêcheux (1980), *sob e contra* a dominação.

É necessário ressaltar, também, que quando a youtuber enuncia “[...] olha pra mim [...]”, a forma verbal “olha” aciona, em seu interlocutor, o que chamamos de “efeito de certeza”. Tal efeito opera na sustentação de uma ideia permeada pela evidência, a qual está intrinsecamente relacionada com a evocação dos traços que a blogueira determina como obviamente negros e não com outra identidade racial. Isto é, ao convocar o interlocutor a olhá-la há o movimento de “olhe para mim e veja as características que *só podem* ser negras, *ainda que haja a pele clara*”. O efeito “só posso ser lida como negra e você vai *constatar* isso ao me *olhar*” está ancorado numa memória discursiva, um “corpo de memória” (HASHIGUTI, 2008), que nos oferece a descrição do que é um “traço negro”, um “traço branco” ou de uma outra identificação racial. Ou seja, as características

evocadas pela youtuber para constituir seu discurso equivalem em seu dizer, exclusivamente, às características de uma pessoa negra.

Há também a construção impessoal “é visível”. A impessoalidade, como um recurso argumentativo que exime o sujeito do discurso, ou seja, que não demanda pronominalização nos enunciados, se inscreve no discurso da blogueira como uma construção que generaliza e elabora os fatos pronunciados pela enunciadora. Nesse sentido, não há um sujeito para o verbo, então, não havendo um sujeito, quando o discurso é pronunciado, ele não caracteriza uma opinião e, sim, um fato. Quando “é visível”, é visível e não há o que contestar, configurando-se um fato incontornável.

Isso se aproxima a uma retórica tautológica, na qual o discurso se explica por ele mesmo, uma espécie de construção universal que não necessita de elucidação. Podemos elaborar algumas variantes a partir do enunciado que analisamos aqui, “é visível”: “se é, então é”, “se x, então x”, “se é visível, então é visível”, “se é visível X [que sou negra], então é visível X [que sou negra]”. Os fatos se comprovam por si só, em redundância. As respostas se repetem efetivando a certeza que, por sua vez, é a verdade. Rayza, portanto, fala de uma posição-sujeito que enuncia a sua indubitável negritude, solicitando, ao mesmo tempo, que acreditem nela.

Além disso, é importante considerar que a construção “é visível” aponta para um gesto que ressalta determinadas características ao mesmo tempo em que produz silêncio em relação a outras. Nesse sentido, “é visível que sou” inscreve em si mesmo, por um silenciamento constitutivo (ORLANDI, 2007), um dizer outro que se pode traduzir por “é visível que NÃO sou”. Em outras palavras, podemos dizer que apontar a “visibilidade” evidente de certas características produz, no discurso da enunciadora, a refutação de características que poderiam apontar para outro lugar no jogo das identificações raciais. Esse é um ponto interessante que materializa a contradição discursiva que constitui o material em análise: na medida em que se proclama uma evidência da negritude ressalta-se uma “clareza” da pele (ponto sobre o qual nos debruçaremos mais adiante), mas de um modo em que se tenta desfazer uma possível coincidência entre “clara” e “branca”, já que “é visível” a negritude de quem se enuncia “mulher negra”.

Cabe notar, também que, na construção “[...] é visível que sou uma mulher negra”, há a focalização (RIBEIRO e CORTÊS JÚNIOR, 2009) do predicativo “visível”. Conforme Ribeiro e Cortês Júnior (2009, p. 210), a focalização é um processo em que “um constituinte X é o foco identificacional, contrastivo ou não contrastivo, em estruturas do tipo *é/foi X que/quem...*”. Note-se ainda que na construção em pauta tem-se a seguinte anotação sintática:

SD1.a: “é visível [Oração Principal] que sou uma mulher negra [Oração Subordinada Substantiva Subjetiva]”

Com base nessa sintaxe, uma vez que estamos diante de uma oração subordinada subjetiva, podemos dizer que, na ordem canônica dos constituintes em português (SVO), a sentença se organizaria por “Isso [que sou uma mulher negra] é visível”. O processo de focalização, contudo, faz ressaltar “visível”, o predicativo que passa a ser o centro da oração principal. De uma perspectiva discursiva, diríamos que a formulação

intradiscursiva que traz a identificação em si “eu sou uma mulher negra” comparece subordinada ao que se formula como principal “é visível”. Em outras palavras, podemos dizer que, nesse momento, o que está em relevo é muito mais a visibilidade da identificação do que a identificação nela mesma. Não se nega a identificação, mas não se deixa de ressaltar sua visibilidade (aqui elevado ao posto de aspecto sintático principal na formulação). Assim, como paráfrases possíveis, teríamos:

P1: eu sou negra **porque** isso é visível

P2: eu sou negra **e** isso é visível.

O filósofo e médico martinicano Frantz Fanon analisa a experiência vivida do negro a partir de duas construções: “‘Preto sujo!’ Ou simplesmente: ‘Olhe, um preto!’” (FANON, 2008, p. 103). Essa descrição aponta um aspecto de vivência do corpo negro, lido, diante e em relação ao corpo branco, como o distinto, o dessemelhante. Fanon trata da incapacidade da ontologia em explicar o ser negro dentro de qualquer sociedade colonizada, porque ele já não existe por si só, pois está, necessariamente, condicionado a *ser* diante e em função do branco. O corpo negro, dentro da estrutura colonizada, é a inadequação, o erro, o corte. Nessa perspectiva, o homem negro não experencia a liberdade de sua elaboração corporal, psíquica ou subjetiva, porque tal tarefa já lhe foi feita, sendo “o conhecimento do corpo [...] unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera de incertezas”. (FANON, 2008, p. 104). Sendo assim, Fanon, ao ouvir “Olhe, um preto!”, passa por um estímulo de identificação em terceira pessoa. Ou seja, ele é identificado e, conseqüentemente, lhe são atribuídos “lugares específicos de identificação” (MODESTO, 2018, p. 51), pela cor de sua pele, por sua aparência, por seu corpo.

Diante disso, propomos, então, que, da posição ocupada por Rayza Nicácio, faz-se outro caminho em relação ao de Fanon: produz-se, discursivamente, um estímulo em *primeira pessoa*, no qual ela mesma se responsabiliza por sua identificação. Isso, porque, quando existe o estímulo em terceira pessoa lançado à blogueira, ele não é capaz de decidir em qual lugar ela está, já que são múltiplos os estímulos com os quais a youtuber é confrontada: “negra”, “parda”, “mulata” ou, em certas leituras, até mesmo “branca”. Enquanto Fanon é identificado por sua aparência incontornavelmente negra devido ao tom escuro de sua pele, a aparência de Rayza não se ancora na memória discursiva de apenas uma identidade racial, visto que lhe atribuem a identificação de “negra”, “mulata”, “parda”, “mestiça”, “misturada”, “branca” etc. Dessa forma, a blogueira reúne todas as identificações que lhe atribuem e ela mesma produz o seu estímulo ao afirmar “eu sou uma mulher negra, de pele clara, mas eu sou negra”. Ao acionar “[...] olha pra mim [...]”, mesmo que seu interlocutor seja convocado, a youtuber ancora-se a uma formação discursiva, tomada por uma independência fortemente atravessada pela ideia de *empoderamento*, produzindo o efeito de certeza, baseado numa evidência que se apega a uma memória discursiva do que se reconhece como traços negros.

## FORMULAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO E O DIZER DE SI

O dizer de si é uma marca forte do discurso analisado. Não apenas por ele se constituir a partir das condições de produção dos “discursos do eu” característicos dos vlogueiros e de seus espaços de enunciação (ADORNO, 2015), mas, especialmente, porque, como vimos, a temática que estrutura o discurso aqui em pauta é a afirmação e

reivindicação de um lugar de identificação, subsumido na construção “mulher negra de pele clara”.

Essa demanda pela construção de um lugar de identificação, de uma identidade, faz comparecer na ordem da língua aquilo que, conforme Silva (2019), podemos chamar de sentenças de identificação, as quais, a partir de uma aproximação discursiva, pensamos poder tratar como enunciados definidores “muitas vezes percebidos como transparentes” (MAZIÈRE, 2008, p. 59). Como vimos na análise anterior, a partir da SD1, notamos a presença de um comando, materializado pelo modo imperativo do verbo olhar, seguido de uma oração subordinada à construção “é visível”. Vejamos:

SD1.1: “olha pra mim [...] é visível {**que eu sou uma mulher negra**}

Trabalhamos anteriormente o efeito de certeza que a construção impessoal “é visível” e o imperativo de “olhar” fazem funcionar. Agora, é importante compreender o funcionamento discursivo da posição de identificação “mulher negra de pele clara”, começando a partir da dessintagmatização dos enunciados identificadores em pauta nessa discussão. Para isso, destacamos inicialmente a sentença “eu sou uma mulher negra” que comparece, como vimos em um momento anterior, como oração subordinada à oração impessoal principal “é visível”. De acordo com Silva (2019), esse tipo de enunciado pode ser classificado como uma sentença identificadora, a qual funciona a partir de construções do tipo “[X (é) Y] ou [X (igual) Y]” (SILVA, 2019, p. 10). Silva (2019), discorrendo sobre a diversidade dessas construções, apresenta outros tipos de sentença identificadoras, como:

I - SENTENÇAS PREDICATIVAS

a. A cadeira é cara.

b. A cadeira que eu comprei é cara.

II - SENTENÇAS ESPECIFICACIONAIS

a. O vencedor do duelo é o Anderson.

b. O único músico que eu conheço é o Luís.

III - SENTENÇAS IDENTIFICACIONAIS

a. Aquele (cara) é o João.

b. Essa (moça) é a Maria.

IV - SENTENÇAS DE IDENTIDADE (EQUATIVAS)

a. Fernando Pessoa é Alberto Caeiro. (HEYCOCK, 2012)

b. A dona Lúcia é ela. (SILVA, 2019, p. 16)

O autor, ainda, descreve como se daria o funcionamento das sentenças identificadoras, que adotam, como aspecto principal, o caráter atributivo, usando os seguintes exemplos: “O diretor da minha escola é o meu irmão mais velho; O diretor da minha escola é exigente” (SILVA, 2019, p. 10). Para o autor, considerando-se sentenças construídas nesse formato, [X (é) Y], na primeira sentença, o elemento Y (meu irmão mais velho) serviria apenas para *identificar* o sujeito, o elemento X (o diretor). Por outro lado, na segunda sentença, o elemento Y (exigente) *caracterizaria* o sujeito X (o diretor), ou seja, atribuiria um aspecto relevante sobre ele. A discussão empreendida pelo autor opera uma distinção semântica na função predicadora, diferenciando, desse modo, o que seria da ordem da *mera* identificação (meu irmão mais velho) e o que seria da ordem da efetiva atribuição de qualidade (exigente).

Podemos afirmar, de uma perspectiva intradiscursiva, que a sentença “eu sou uma mulher negra” corresponde à estrutura [X (é) Y]. Contudo, remetendo o intradiscorso ao

interdiscurso, levando em consideração as condições de produção engendradas em sua formulação e a posição-sujeito da qual ela se erige, defendemos que essa enunciação opera não apenas uma caracterização, uma atribuição de qualidade, como também diz de um gesto de identificação que grita sua identidade. Isso porque, de acordo com o que vimos até aqui neste texto, a posição-sujeito que está articulada na fala de Rayza faz associar suas características fenotípicas com sua identificação. Em outras palavras, podemos dizer que “eu sou uma mulher negra” imbrica, como efeitos de sentido possíveis, duas leituras sobrepostas: “eu *tenho* características negras” e “eu *enuncio/falo/me identifico* do lugar de negra”.

Ademais, entendemos que, na sentença, “uma mulher negra” funciona como predicado do “eu” pelo intermédio do verbo “ser”. Assim, diferindo da análise puramente sintática, observamos que tal enunciação não se constitui apenas como uma atribuição de característica, inclusive porque há uma marcação de gênero que, por sua vez, nos auxilia a observar essa sentença como uma reivindicação de um lugar específico, o de *mulher* negra.

Em outro momento do vídeo, essa formulação volta a comparecer na fala de Rayza. Porém, dessa vez, a predicação que, como dissemos aqui, constrói caracterização e identificação, aparece determinada pelo caráter fenotípico que, logo em seguida, é atenuado. Tomemos essa construção como SD2:

SD2: “eu sou uma mulher negra, de pele clara, mas eu sou negra”

A partir do gesto de análise que construímos até aqui, mostramos que a recorrência às características fenotípicas no discurso da blogueira é frequente. É também nessa recorrência que está baseada a construção de um efeito de certeza já discutido anteriormente. O “visível”, a que tanto a youtuber se refere ao longo do vídeo, é fortemente marcado pela injunção a olhar “cabelo”, “boca” e “traços”, esse último dito assim sem muita especificação. Porém, tal visibilidade não escapa ao *olhar sobre a pele*, que tende a ser a maior marca fenotípica considerada quando se produz um olhar racializado sobre os corpos (negros). E, em não escapando, o olhar convocado pela própria enunciadora esbarra em uma “pele clara” que *precisa* ser justificada.

Para nós, algo de que falávamos anteriormente e que, segundo nossa análise, comparecia imbricado, paradoxalmente, em uma única formulação linguística, agora, se mostra pontualmente materializado em duas construções diferentes, ligadas linguisticamente por uma coordenação adversativa. Dissemos antes que “eu sou uma mulher negra” imbricava duas leituras sobrepostas (eu tenho características negras e eu falo do lugar de negra). Na SD2.1 temos como efeito de leitura possível essa mesma compreensão:

SD2.1: eu sou uma mulher [*negra* {fenótipo +}] [*de pele* {fenótipo}] [*clara* {fenótipo -}] **MAS** [{atenuação do fenótipo -}] eu sou negra [{lugar de enunciação/projeção de identidade social}]

Nosso gesto de leitura se ancora no “primado da metáfora sobre o sentido” (PÊCHEUX, 2009), um funcionamento discursivo constituído pelo deslizamento do significante na cadeia simbólica. Se o significante está disponível aos diferentes efeitos

de sentido, é possível dizer que o “negra” da primeira oração não coincide com o “negra” da segunda oração relacionada a outra pela coordenação adversativa. Os sentidos são outros, embora estejamos de frente para o mesmo significante. Um “negra” fenotipicamente marcado pela *clareza*, MAS que não impede o processo de reivindicação do lugar de “negra”. Um lugar de enunciação que se marca pelo deslizamento entre *ter* características negras (*mesmo* com a pele clara ou *apesar* da pele clara) e *ser* reconhecida (ou se reconhecer) como mulher negra, com toda potência político-resistente que essa identificação produz no contexto da formação social brasileira e que, da posição sujeito que constitui o discurso de Rayza, não deixa de ser afetado pelo capital.

Ser “mulher negra, de pele clara, mas mulher negra”, do jeito que tratamos acima, nos leva a pensar as seguintes paráfrases para a construção identificadora “mulher negra de pele clara”:

P3: mulher negra de pele clara

P3.1: mulher negra com a pele clara

P3.2: mulher negra que têm a pele clara

P3.3: mulher que tem a pele clara E é negra

P3.4: mulher que tem a pele clara, MAS é negra

P3.4a: mulher negra, *mas* de pele clara

P3.4b: *embora* negra, com a pele clara

P3.4c: *apesar* de negra, tem a pele clara

P3.5: mulher negra com variadas peles

P3.5a: mulheres negras têm variadas peles

P3.5b: mulheres negras têm variadas peles, inclusive peles claras

P3.5c: mulheres negras TAMBÉM têm peles claras

P3.5d: mulheres negras TAMBÉM têm peles claras (e não só as mulheres brancas).

Dessas “paráfrases plausíveis” (PÊCHEUX, 2006, p. 26), discernimos três conjuntos de enunciados que jogam para diferentes sentidos que se atravessam no enunciado primeiro parafraseado. De P3.1 até P3.4 consideramos haver, na ordem do discurso, um gesto de especificação que pode ser sintetizado pela relativa “mulher negra *que* tem a pele clara”. Como um acontecimento enunciativo que aponta para uma diferença sem quebrar seu vínculo com a memória, as paráfrases derivadas de P3.4 (isto é, P3.4a até P3.4c) textualizam uma contradição subsumida em “mulher negra *porém* de pele clara”, instaurando uma possibilidade de “unidade dos contrários” que se daria entre “negra” e “clara”. Por fim, para além desse jogo instituído entre “especificação” e “contradição”, a alteridade aparece convocada nas paráfrases derivadas de P3.5, as quais marcam uma possível quebra de expectativa até mesmo frente às possibilidades de uma leitura sinonímica em que “clara” signifique “branca”. Nesse sentido, marcar que “mulheres negras *também* têm a pele clara” é operar um gesto de recusa a outros significantes responsáveis por uma nomeação racial vinculados a um projeto desigual de democracia racial como já aqui discutimos: “mulher negra de pele clara” sim e não mestiça, ou mulata, ou morena... ou branca.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse texto, tivemos por objetivo analisar o modo como se constitui a posição-sujeito “mulher negra de pele clara”. Tomamos como *corpus* uma narrativa de si, engendrada no espaço do digital, na voz da experiência particular de uma mulher negra que está atravessada por uma memória de uma resistência gendrada e racializada, mas também por uma memória de uma legitimidade imposta pelo capital. Nesses termos, o que fica forte para nós é como essa enunciação de si relaciona-se não apenas a um lugar de enunciação que responde a um silenciamento constante, como também atende a demandas materiais do discurso empreendedor da/na internet. Mobilizando condições a partir das quais ela possa falar por ela mesma (e não mais ser falada e designada pelo outro em sua racialidade), Rayza Nicácio fala de uma posição-sujeito que sustenta a autodesignação “mulher negra de pele clara”. Esse lugar, construído para a efetivação desse dizer, porém, está sobredeterminado pelo efeito comercial sobreposto em seu canal: não se trata de qualquer espaço para enunciar, mas de um espaço na internet em que a sobredeterminação “youtuber” (como *profissão* e como função no seio das relações contemporâneas de trabalho que produzem a categoria “empreendedor”) está em constante funcionamento.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Guilherme. **Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2015.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2015.
- CESTARI, Mariana J. Por uma tomada de posição feminista e antirracista na Análise de Discurso In: ZOPPI FONTANA, Mônica; FERRARI, Ana Josefina (Org.) **Mulheres em discurso**: identificação de gênero e práticas de resistência. Campinas: Pontes, 2017, p.183-203
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930) In: **Diálogos Latinoamericanos**. Dinamarca, n. 14, 2005, p. 118-131.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GONZALEZ, Lélia. (1980). **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Ciências Sociais Hoje, nº 2, Brasília, ANPOCS, 1983, p. 233-244.
- HASHIGUTI, Simone Tiemi. **Corpo de memória**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2008.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIBEIRO, Ilza; CORTÊS JÚNIOR, Moacir. As construções pseudoclivadas e clivadas. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.) **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 210-228.

- MAZIÈRE, Francine. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.) **História e sentido na linguagem**. Campinas: Editora RG, 2008, p. 47-59.
- MODESTO, Rogério. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. In: **Littera**, v. 9, n 17, 2018, p. 124-145.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2006.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- PACHECO, Ana Cláudia. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador, BA: EDUFBA, 2013.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n 19, Campinas: IEL/Unicamp, 1980, p. 08-24
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Campinas: Pontes, 2006
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**: Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, Françoise; HACK, Tony (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**, Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 159-250.
- SILVA, Marcel. **As sentenças de identificação sob uma perspectiva cognitivo-funcional: uma abordagem multissistêmica**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2019.
- WALKER, Alice. **If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?** In Alice Walker. *Search of our Mothers' Gardens: Womanist Prose*. New York: Harcourt Inc, 1982.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. In: **Conexão Letras**, v. 12, n 18, 2017, p. 63-71.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica; OLIVEIRA, Sheila Elias. Tá Serto! Só que não... argumentação, enunciação, interdiscurso. In: **Linha D'Água**, v. 29, n 2, São Paulo, 2016, p. 123-155.

\*\*\*

Artigo recebido em: mai. de 2019.  
Aprovado e revisado em: jun. de 2020.  
Publicado em: julho de 2020.

Para citar este texto:

PEREIRA, Cely; MODESTO, Rogério. “Mulher Negra de Pele Clara”: lugar de enunciação e processos de identificação. **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso, ISSN 2179-3514, on-line, [www.entremeios.inf.br](http://www.entremeios.inf.br)], Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 21, p. 274-290, jan. - jun. 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol21pagina274a290>